WORLD TRADE ORGANIZATION



EUA querem empurrar fechamento da Rodada de Doha para 2006

Um duro teste este ano para a Rodada de Doha, da Organização Mundial do Comércio, iniciada na Conferência Ministerial, de 2001. Os trabalhos estão paralisados desde o encontro de Cancun, realizado em setembro de 2003, no México. Trata-se da mais abrangente negociação sobre o que se produz e comercializa entre as fronteiras dos países.

No cronograma dos acordos, a colocação das modalidades de negociação agrícola (pré-negociação) foi fixada para fevereiro de 2003, porém, o seu estabelecimento sucedeu somente em agosto de 2004. Esse esboço de documento aprovado pelos países membros é o ponto de partida da agenda dos assuntos a serem postos nas mesas para os negociadores analisarem.

Em relação ao cumprimento do prazo de conclusão da Rodada, paira muito ceticismo. Embora Supachai Panitchpakdi, diretor geral da OMC, faça consultas para fechar a Rodada em 2005, como foi previsto inicialmente, Robert Zoellick, chefe da delegação comercial dos Estados Unidos, já pondera a prorrogação do fim da Rodada para 2006. Existe muita resistência por parte da União Européia e dos EUA para liberar os seus setores agrícolas.

Cenário para 2015

O Banco Mundial acaba de divulgar o relatório "Comércio de produtos agrícolas e países em desenvolvimento", em que traça um cenário básico para o horizonte em 2015, visando à formulação de hipóteses sobre o impacto das reformas para liberar o comércio e acabar com distorções e subsídios no mercado agrícola. Os ganhos gerais são expressivos. É interessante que os países desenvolvidos teriam maior participação na apropriação dos benefícios do que os países em desenvolvimento.

Como visão básica, é importante atentar que, daqui para frente, os ganhos com a liberalização do comércio internacional dependem em cerca de 69% das negociações agrícolas. Apesar desse resultado positivo, alguns setores terão perdas significativas. A produção dos países desenvolvidos caiu 11%, enquanto a dos países em desenvolvimento aumentou 2%.

Entre 2000 e 2002, os subsídios para os produtores rurais nos países desenvolvidos alcançaram US$230 bilhões, o equivalente a 46% do valor da produção. O caso extremo é o do açúcar, em que 80% da produção e 60%

Crescimento do BRIC: horizonte de 2050

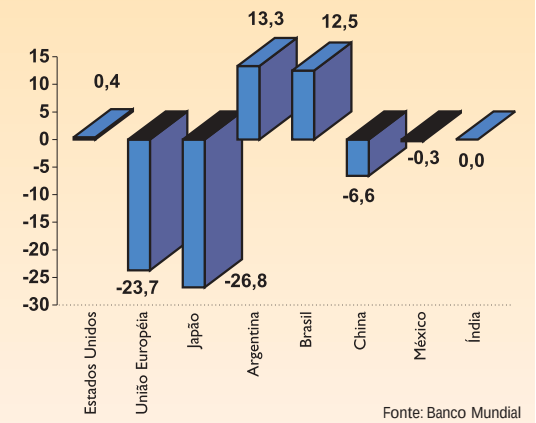
País	PIB - US$ trilhões	PIB *per capita*
Brasil	6,074	6 vezes
Rússia	5,870	18 vezes
Índia	27,803	37 vezes
China	44,453	36 vezes

Fonte: D.Wilson e Purushothaman, Goldman Sachs, 2003

do comércio internacional ocorrem com preços superiores aos de mercado, com custos anuais de US$6,4 bilhões para União Européia, Estados Unidos e Japão. Para frutas e vegetais, as barreiras existem mediante sistemas complexos de tarifas, acessos preferenciais e cotas.

Cerca da metade do comércio de produtos agrícolas ocorre entre países desenvolvidos. Com a eliminação de tarifas e subsídios, haveria aumento e maior integração internacional, com mais eficiência em diversos setores. Não obstante, muitas atividades sucumbiriam. Na Europa e no Japão, o emprego no setor rural despencaria em 20%, tendência ainda agravada com a perda de renda. Para Argentina e Brasil, os ganhos de renda dos agricultores seriam de 5% e 3%, respectivamente.

Empregos agrícolas (variação percentual no cenário 2015)



Fonte: Banco Mundial

A vez do BRIC?

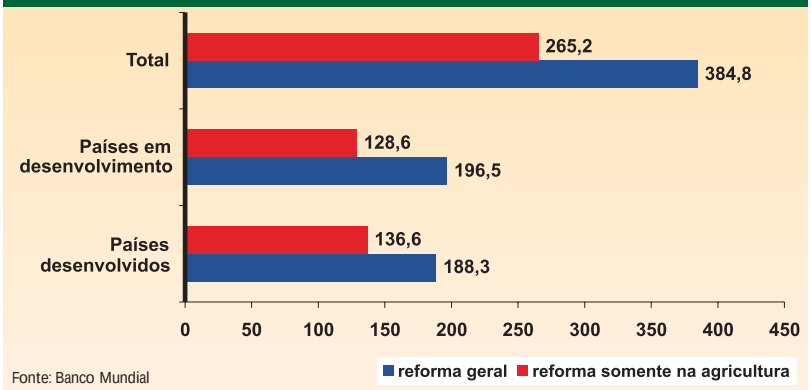
Brasil, Rússia, Índia e China, o grupo chamado BRIC, no mundo financeiro, apareceram como nações prontas para despontar na liderança do dinamismo econômico. São considerados os protopólos do Século XXI.

Para o Brasil, a previsão é de que o País irá multiplicar seu PIB *per capita* em seis vezes, até 2050, chegando a um PIB de US$6,1 trilhões e uma renda por habitante de US$15,6 mil; ou seja, um crescimento médio anual de 3,5% a 4,0%.

Depois do período célebre de expansão acelerada, entre 1930 e 1980, o País ingressou na "década perdida" dos anos 80, para, em seqüência, experimentar uma série de choques heterodoxos de congelamento de preços e salários. Os anos 90 não foram suficientes para reverter a tendência. A recuperação da moeda, com o Plano Real, não trouxe a esperada estabilidade com crescimento.

As projeções para o grupo BRIC surpreendem até mesmo muito brasileiros, o agronegócio é uma referência de vitalidade e progresso para a economia nacional. Um setor que, desde 1998, mostra resultados favoráveis e apresenta plenas condições para liderar a trajetória de crescimento do País. Uma liberalização do comércio agro-exportador teria impacto direto nessa trajetória.

Mundo: Ganhos com a liberalização (US$ bilhões)



Fonte: Banco Mundial



Como se esperava, a União Européia apresentou, em meados de janeiro, um pedido formal de apelação na Organização Mundial do Comércio-OMC contra a condenação aos subsídios à exportação de açúcar europeu, em um processo vitorioso em 2004, pelo Brasil, pela Tailândia e Austrália.

A Europa quer agora um novo julgamento, ainda que sua comissária para a agricultura, Mariane Boel, reconheça a necessidade de reforma no sistema de ajuda, criado em 1968. A partir da demanda, a OMC 'engatilha' os prazos da apelação. A iniciativa dos europeus, no sentido de apresentarem um recurso, retarda a condenação final da OMC e dá tempo para que eles reajustem seus programas domésticos.

O caso se arrastará por outros três meses, para o Brasil apresentar uma contra-apelação e pedir à OMC



maior rigor na arbitragem final contra os subsídios. A avaliação do Órgão de Apelação será a palavra final da entidade da OMC.

De acordo com a primeira decisão dos árbitros da OMC, a UE colocou de forma ilegal 2,8 milhões de toneladas de açúcar subsidiado, em apenas um ano, no mercado internacional, causando prejuízos às exportações brasileiras.

A disputa ocorre em torno dos compromissos da UE para reduzir seus subsídios, que permitiram ao bloco passar da condição de importador de açúcar para o segundo maior exportador do mundo, superado apenas pelo Brasil.

A UE concedia apoio financeiro para a produção de uma determinada cota interna de açúcar, que, quando superava um certo limite, era exportado com preços baixos, no esquema conhecido como açúcar C. Nas contas do Itamaraty, se o excedente da UE fosse retirado do mercado, o País aumentaria suas exportações em US$400 milhões, com um preço internacional ainda 20% maior.

Em um estudo recente, o Banco Mundial alertou sobre os ganhos de US$4,7 bilhões para a economia mundial, com o fim dos subsídios dos países ricos ao açúcar. Mesmo assim, Bruxelas insiste em que o açúcar C exportado não é subsidiado e que a condenação é baseada em "interpretações errôneas". De qualquer forma, a UE espera a aprovação de alguma redução dos subsídios até dezembro, antes da reunião ministerial da OMC, em Hong Kong. ■

Reforma no regime açucareiro europeu

O Conselho de Ministros de Agricultura da UE adiou o debate sobre a reforma do setor europeu da beterraba açucareira, no final de 2004. A proposta do comissário de Agricultura anterior, Franz Fischler, previa reduzir os preços de apoio ao produtor, em dólares, de 632 por tonelada para 421. Em 2004, o orçamento da UE destinou 1,4 bilhão de dólares em subsídios ao setor.

Os países estão divididos em três grupos: os que são contra a reforma; os que a apóiam, como a França; e os que pedem que ela seja até mais radical, como o Reino Unido. A nova Comissão Européia prepara outra proposta de reforma. O governo espanhol, na defesa dos interesses de Castela e Leão, pressiona para a reforma permitir a livre entrada de formas proporcionais aos países da UE.

Um dos desafios é manter unido o grupo de dez países, entre eles, a Espanha, opositores à reforma, para conseguir uma minoria de bloqueio na CE. A divisão existe, e o 'poder de fogo' é grande dos dois lados. Embora o presidente da CE, José Manuel Durão Barroso, seja de Portugal, país contrário à reforma, o comissariado de Agricultura é da Suécia, que a apóia.

Em Paris, a Associação de Produtores de Açúcar da Europa acredita que o preço do açúcar cairá mais, pois o Brasil inundará o mercado com seu produto: "suas exportações aumentaram de 1,3 milhão de toneladas para 13 milhões de toneladas, do começo dos anos noventa aos dias atuais".

Como compensar os países da ACP?

Dentre os critérios esboçados pela União Européia para compensar os países da África, Caribe e Pacífico (ACP) pelas perdas de receita resultantes da reforma do sistema europeu do açúcar, nos próximos oito anos, fazem parte o desenvolvimento sócio-econômico e a dependência do setor açucareiro.

Depois de manter o sistema para o produto praticamente intacto, nos últimos 37 anos, os ministros europeus dão como certos os cortes nos preços internos e nas quotas de produção de açúcar. Se a reforma proposta pela Comissão Européia for adotada, o preço pago pelo açúcar das ex-colônias cairá 37%, com impacto negativo numa renda estimada em 270 milhões de euros ao ano.

Algumas indústrias açucareiras do Caribe já operam 'no vermelho', como as de Barbados, Trinidad, St. Kitts e Jamaica, enquanto outras apresentam maior eficiência, como Ilhas Maurício, Fiji, Belize, Guiana e Congo. Zimbábue e Suazilândia são relativamente competitivos e menos dependentes das exportações para a Europa. Na África, os mais competitivos são Malaui, Zâmbia, Moçambique e Tanzânia, que poderão ampliar seus embarques para a União Européia.